

Caraguatatuba, 05 de abril de 2019.

Ofício nº 009/2019

À Fundação Florestal, na pessoa do Gestor da APAM-LN, Márcio José do Santos

Assunto: Plano de manejo da APAM-LN

O Fórum de Comunidades Tradicionais – FCT, espaço de articulação das populações quilombolas, indígenas e caiçaras de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, constituído para enfrentar os conflitos territoriais desta região, vem por meio deste apresentar suas considerações em relação ao Plano de Manejo da APA Marinha Litoral Norte.

As comunidades tradicionais, através de suas práticas ancestrais, têm sido histórica e comprovadamente mantenedoras do ambiente natural, ao mesmo tempo em que têm sido oprimidas através de instalação de Unidades de Conservação que não se adéquam aos seus modos de vida e restringem usos e práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais. Práticas estas garantidas pelo Constituição Federal de 1988 e reforçadas pelo Decreto Federal nº 6.040/2007 (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais).

Por ser uma unidade de conservação de uso sustentável, a APAM-LN se diferencia das outras categorias instaladas no território tradicional. Segundo a própria definição que consta no site da Fundação Florestal:

*"A categoria Área de Proteção Ambiental – APA é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, que visa **compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos seus recursos naturais. Delimita um território de importância regional para promover seu planejamento e gestão ambiental por meio de processos participativos. O ordenamento territorial é o meio pelo qual se busca construir uma convivência entre a conservação da natureza, recuperação ambiental e as atividades humanas, resultando numa melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.**"*

Nós defendemos que haja maior clareza no processo de construção do plano de manejo da APAM, além do respeito aos princípios fundamentais do decreto e garantia de que os pescadores artesanais terão suas reivindicações incluídas nos documentos técnicos, tanto no texto da minuta quanto nos mapas de zoneamento. Para isso é PRECISO que:

“(...) considerando que em seu decreto de criação estabelece “que devem ser valorizadas as funções sociais, econômicas, culturais e ambientais das comunidades tradicionais da zona costeira por meio de mecanismos e estímulo a alternativas adequadas ao seu uso sustentável” e “a necessidade de promover a pesca e garantir o estoque pesqueiro em águas paulistas, fundamentais para a sobrevivência de populações tradicionais e para essa atividade econômica.”¹

O FCT considera, portanto, que para o Plano de Manejo contribuir efetivamente para um ordenamento sustentável da região, ele precisa respeitar os princípios estabelecidos em seu decreto: de manutenção dos espaços de diálogos e de valorização prioritária das comunidades tradicionais.

Ao que consta a suspensão foi necessária tendo em vista a não aprovação da última versão da minuta pelo Comitê de Integração dos Planos de Manejo, o que muito nos preocupa dado que o prazo para aprovação do plano segue sendo meados de 2019. Isso nos leva a considerar a possibilidade de a Fundação Florestal cancelar as setoriais, que em sua maioria são direcionadas ao entendimento do plano pelos pescadores artesanais, respeitando seu tempo de apropriação dos termos técnicos, bem como à coleta do conhecimento tradicional junto aos mesmos para a elaboração do plano. Caso haja o cancelamento, ele impactará diretamente nas comunidades tradicionais e representará um rompimento evidente da instituição com seus próprios princípios fundamentais de valorização das mesmas e construção participativa.

Nós defendemos que haja maior clareza no processo de construção do plano de manejo da APAM, além de respeito aos princípios fundamentais do decreto e garantia de que os pescadores artesanais terão suas reivindicações incluídas nos documentos técnicos, tanto no texto da minuta quanto nos mapas de zoneamento. Para isso é PRECISO que:

- 1) Seja apresentada imediatamente a última versão da minuta da APAM-LN aprovada pelo Comitê de integração dos planos de manejo da Fundação Florestal.
- 2) Que as setoriais sejam retomadas como espaço de diálogo privilegiado e com metodologia diferenciadas, para que a minuta seja esclarecida, debatida e, sobretudo, que o plano incorpore as reivindicações provindas das comunidades tradicionais envolvidas.

¹ Diagnóstico técnico – Capítulo “Comunidades Tradicionais”.

Certos da devida atenção ao caso, nos colocamos a disposição e ficamos no aguardo.

Atenciosamente,



Vagner Nascimento

Coordenador do Fórum de Comunidades Tradicionais
Angra dos Reis – Paraty – Ubatuba



Marcela Albino Cananéa

Coordenadora da Coordenação Nacional de
Comunidades Tradicionais Caiçara (CNCTC)